

A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA CONTÁBIL EM OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE: UMA ANÁLISE ABRANGENTE

DIEGO CAMILO DE SOUZA¹

RESUMO

Este artigo científico aborda a vital importância da Controladoria Contábil (CC), enfatizando seu papel na preparação de demonstrações contábeis, essenciais para a transparência e confiança dos beneficiários e reguladores. A CC, como órgão de suporte à gestão, proporciona informações cruciais para a tomada de decisões estratégicas, assegurando a conformidade com normas e regulamentos específicos do setor. Adicionalmente, destaca-se sua função na interpretação de indicadores financeiros, facilitando a identificação de tendências e contribuindo para a eficácia operacional das Operadoras de Plano de Saúde (OPS). Será abordada a imprescindível atuação da Auditoria Interna e dos Controles Internos nas OPS. Ressalta-se que essas práticas são pilares na garantia da transparência, na conformidade regulatória e na gestão de riscos, elementos cruciais em um ambiente altamente regulamentado. A CC desempenha um papel de liderança na coordenação e supervisão desses processos, garantindo a integridade dos relatórios contábeis e financeiros e a conformidade com regulamentações rigorosas. Além disso, a identificação proativa de áreas de risco e a implementação de medidas corretivas são cruciais para a gestão eficaz das OPS, contribuindo para sua sustentabilidade e qualidade assistencial. Em conjunto, este artigo destaca a centralidade da CC na gestão contábil e financeira e na transparência das OPS. Essas práticas desempenham papéis essenciais na promoção da confiança dos beneficiários, na conformidade regulatória e na eficácia operacional, fundamentais para o sucesso e a integridade das OPS em um cenário complexo e sensível.

Palavras-chave: Controladoria Contábil. Operadoras de Planos de Saúde. Demonstrações Contábeis e Financeiras.

ABSTRACT

This scientific article addresses the vital importance of Accounting Control (AC), emphasizing its role in preparing financial statements, which are essential for the transparency and trust of beneficiaries and regulators. AC, as a management support unit, provides crucial information

1- Graduado em Ciências Contábeis, diegocamilomc@gmail.com

for strategic decision-making, ensuring compliance with industry-specific norms and regulations. Additionally, it highlights its role in interpreting financial indicators, facilitating trend identification, and contributing to the operational effectiveness of Health Plan Operators (HPOs). The indispensable role of Internal Audit and Internal Controls in HPOs will be discussed. It is emphasized that these practices are pillars in ensuring transparency, regulatory compliance, and risk management, crucial elements in a highly regulated environment. AC plays a leadership role in coordinating and supervising these processes, ensuring the integrity of accounting and financial reports and compliance with rigorous regulations. Furthermore, the proactive identification of risk areas and the implementation of corrective measures are crucial for the effective management of HPOs, contributing to their sustainability and quality of care. Together, this article highlights the centrality of AC in accounting and financial management, as well as in the transparency of HPOs. These practices play essential roles in promoting the trust of beneficiaries, regulatory compliance, and operational effectiveness, all crucial for the success and integrity of HPOs in a complex and sensitive scenario.

Keywords: Accounting Control. Health Plan Operators. Financial Statements.

1. INTRODUÇÃO:

O setor de saúde, com sua natureza complexa e dinâmica, enfrenta contínuos desafios que requerem uma gestão precisa, transparente e eficaz para garantir a qualidade dos serviços prestados e a sustentabilidade das operações. Dentro deste contexto, as Operadoras de Plano de Saúde (OPS) desempenham um papel crucial, proporcionando acesso a serviços médicos essenciais para a população. A eficácia dessas operadoras não está apenas vinculada à qualidade dos serviços de saúde que oferecem, mas também à sua capacidade de manter a saúde financeira, cumprir regulamentações rigorosas e fornecer informações claras e confiáveis para beneficiários, reguladores, investidores e outras partes interessadas.

No entanto, o ambiente regulatório rigoroso, a gestão de custos médicos, a conformidade fiscal e a necessidade de prestação de contas são apenas alguns dos muitos aspectos que demandam uma abordagem estratégica e bem informada. Nesse cenário desafiador, a Controladoria Contábil (CC) emerge como um pilar fundamental para a gestão eficiente e transparente das OPS. A CC vai além da mera análise de números, desempenhando um papel estratégico que engloba a coordenação de informações, o planejamento financeiro, a conformidade regulatória, a análise de custos médicos, a elaboração de demonstrações financeiras e a tomada de decisões embasadas em dados concretos.

Este artigo tem como objetivo “*explorar a relevância e a amplitude da CC em OPS, analisando de forma detalhada suas funções, responsabilidades e contribuições, pretendendo oferecer uma compreensão mais profunda das complexidades inerentes à gestão financeira e contábil no setor de saúde*”. Além disso, serão abordados tópicos como o conceito e funções da CC, seu papel na gestão financeira, contábil e regulatória, ambiente regulatório no setor de saúde, a importância das demonstrações contábeis e financeiras para a transparência e a prestação de contas, utilização de indicadores contábeis e financeiros para a análise da saúde financeira da OPS, a importância da auditoria interna e dos controles internos nas OPS.

Ao longo deste artigo, serão apresentados insights sobre como a CC atua em sintonia com os desafios específicos enfrentados pelas OPS, contribuindo para a eficiência operacional, a transparência nas operações e a tomada de decisões fundamentadas. Reconhecer o papel central da CC é essencial para enfrentar os obstáculos do setor de saúde e para garantir a qualidade, a sustentabilidade e o crescimento contínuo das OPS em um cenário em constante evolução.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

2.1 Controladoria contábil - conceitos e funções:

Para Kanitz apud Mosimann e Fisch (1999), temos como principal função da Controladoria, a gestão e a implantação dos seguintes sistemas: Informação, compreende os sistemas contábeis e financeiros da organização, sistema de pagamentos e recebimentos, folha de pagamento, dentre outros; Motivação, refere-se aos efeitos dos sistemas de controle sobre o comportamento do pessoal diretamente atingidas; Coordenação, visa centralizar as informações, bem como sugerir soluções; Avaliação, tem o intuito de interpretar fatos e avaliá-los por centro de resultado, por área de responsabilidade e desempenho gerencial; Planejamento, estuda a viabilidade e determina os planos, logo em seguida, efetuam as análises para verificar a real viabilidade, onde estes serão a base para uma avaliação posterior; e Acompanhamento, que se refere a contínua verificação da evolução dos planos traçados para fins de revisão do planejamento e correção das falhas.

A CC é uma área de expertise que concentra suas atividades na gestão dos aspectos contábeis e financeiros de uma organização. Ela engloba a coordenação dos processos de planejamento, execução, controle e análise de informações contábeis, visando ao embasamento das decisões gerenciais e estratégicas. A CC desempenha um papel transversal, ligando a área

financeira com outras áreas-chave da empresa, como operações, marketing e recursos humanos. Para Silva (2008, p. 27) “o surgimento da CC está atrelado à maior complexidade de gestão.”

Uma das funções primordiais da CC é a elaboração e o acompanhamento de planejamentos financeiros e orçamentos. Isso envolve a projeção de receitas, despesas e investimentos, contribuindo para o alinhamento das atividades da empresa com suas metas financeiras e estratégicas. Através do planejamento, a organização pode antecipar cenários e tomar medidas preventivas ou corretivas.

As funções da CC têm se resumido com objetivos similares ao da contabilidade, atuando no controle interno, suporte informacional, planejamento tributário, elaboração do orçamento e indicadores operacionais, passando assim a participar também ativamente da formulação das estratégias. (LUNKES; GASPARETTO; SCHNORRENBURGER, 2010).

A CC também realiza análises aprofundadas das informações contábeis, permitindo a avaliação do desempenho financeiro da empresa. Essa análise vai além dos meros registros contábeis, oferecendo insights sobre a lucratividade, custos, margens e rentabilidade dos produtos ou serviços. Isso proporciona embasamento para decisões que visam otimizar os resultados financeiros da organização.

Villas Boas (2000, p. 61) define a CC como sendo:

Um órgão da empresa que possui uma estrutura funcional formada por conceitos e técnicas derivadas da Contabilidade, Economia e Administração para desenvolver as atividades contábeis, fiscais e administrativas e/ou funções relacionadas com o Planejamento Estratégico, Tático e Operacional, o Orçamento Empresarial e o Sistema de Custos para avaliação e controle das operações e dos produtos, objetivando a geração de informações úteis e necessárias aos gestores para as tomadas de decisão na busca da eficácia empresarial.

Ela estabelece sistemas de controle interno para garantir a precisão e a confiabilidade das informações financeiras. Esse controle minimiza riscos de erros, fraudes e imprecisões, assegurando a integridade dos registros contábeis e o cumprimento das regulamentações. A interpretação das informações contábeis permite à CC embasar a tomada de decisões estratégicas. Ao analisar métricas financeiras e identificar tendências, a CC auxilia os gestores a avaliar os impactos financeiros de diferentes alternativas estratégicas e escolher aquelas que maximizam o valor da organização.

A identificação e a gestão de riscos financeiros são fundamentais para a saúde financeira de uma empresa. A CC avalia riscos relacionados a flutuações cambiais, taxas de juros, crédito e outros fatores que possam impactar as finanças da organização. Isso permite a implementação de estratégias para mitigar riscos e preservar a estabilidade financeira.

Quanto a missão e objetivos, a CC tem tido como missão, (i) desempenhar um compromisso primordial de gerar informações relevantes para o êxito empresarial na tomada

de decisão; (ii) amparar no processo de gerenciamento em todas as fases; (iii) inspecionar os impactos das decisões tomadas pelos agentes; (iv) auxiliar os gerentes nos seus esforços de busca de aprimoramento da sua área organizacional; (v) administrar sinergias entre as áreas; (vi) viabilizar a gestão econômica; (vii) desenvolver condições para que o controle seja exercido; (viii) contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos; e (ix) desenvolver relações com os stakeholders (BORINELLI, 2006).

A CC desempenha um papel central na gestão financeira e estratégica das organizações. Seu papel vai além da simples manutenção de registros contábeis, abrangendo funções vitais como planejamento, análise, controle e tomada de decisões. Em um ambiente empresarial caracterizado pela complexidade e incertezas, a CC emerge como uma ferramenta essencial para a conquista da competitividade, sustentabilidade e sucesso a longo prazo das organizações. A compreensão profunda do conceito e das funções da CC é imperativa para líderes e gestores que buscam uma administração eficiente e embasada em dados.

2.2 Papel da CC na gestão financeira, contábil e regulatória:

A CC desempenha um papel primordial na elaboração e no monitoramento de planejamentos financeiros e orçamentos. Através da análise de dados históricos, tendências do mercado e projeções econômicas, a CC auxilia na definição de metas financeiras realistas e na alocação eficiente de recursos. Isso proporciona um guia para as atividades da empresa e contribui para o alcance de objetivos financeiros de curto e longo prazo. Nessa mesma direção, Weibenberger (2011) e Weber (2011) afirmam que as funções de CC vêm evoluindo e se transformando, com o propósito de atender às demandas de seus diversos usuários, gerando informações sobre o processo de gestão.

A análise aprofundada dos custos é uma das funções essenciais da CC. Ao compreender a estrutura de custos da organização, essa área pode identificar oportunidades de redução de despesas e aumento da eficiência operacional. Além disso, a análise da rentabilidade de produtos, serviços ou segmentos de negócios permite a tomada de decisões informadas sobre quais áreas investir e quais podem precisar de ajustes. Estabelece sistemas de controle interno para garantir a precisão e a confiabilidade das informações contábeis. Essa função é fundamental para evitar erros, fraudes e imprecisões nos registros contábeis. A integridade das informações contábeis não apenas mantém a transparência nas operações, mas também fornece uma base sólida para a tomada de decisões.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a Integridade define-se como atributo fundamental para a confiabilidade da informação contábil (IUDÍCIBUS, 2000, p. 77). Segundo a Resolução CFC nº 774/94 (*apud* IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2000, p. 79), a Integridade diz respeito “à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, isto é, sem qualquer falta ou excesso”.

A preparação de relatórios financeiros precisos e compreensíveis é uma tarefa crítica da CC. Esses relatórios, incluindo demonstrações financeiras, notas explicativas e relatórios gerenciais, são essenciais para informar a todos os agentes interessados na posição financeira da organização. A CC também deve garantir a conformidade com os padrões contábeis e regulatórios vigentes. Para Verrecchia (2001), a divulgação baseada em eficiência nada mais é do que a capacidade das informações contábeis refletirem as informações utilizadas pelos usuários, para avaliar a eficiência de um determinado produto ou serviço e seu impacto no ambiente econômico.

No contexto das crescentes regulamentações, a CC assume um papel fundamental na garantia da conformidade legal e regulatória. Acompanhando as mudanças nas normas e regulamentos, a CC assegura que a empresa esteja cumprindo todas as obrigações fiscais, contábeis e regulatórias. Isso reduz riscos legais e financeiros associados a violações regulatórias. A CC tem ainda um papel fundamental na facilitação de auditorias internas e externas. Ela prepara as informações necessárias, coordena os processos e fornece as evidências requeridas pelos auditores para verificar a conformidade e a precisão das informações financeiras.

Em suma, exerce um papel multifacetado e indispensável na gestão financeira, contábil e regulatória das organizações. Sua contribuição para a tomada de decisões, a eficiência operacional, a qualidade das informações contábeis e a conformidade regulatória é inegável. Compreender o profundo impacto e as funções abrangentes da CC é fundamental para líderes e gestores que buscam atingir objetivos financeiros, operacionais e estratégicos em um ambiente empresarial cada vez mais complexo e regulamentado.

2.3 Interligação entre a CC e as demais áreas da organização:

A interligação entre a CC e as demais áreas da organização desempenha um papel crucial na gestão eficaz e na tomada de decisões informadas. É um setor-chave dentro das organizações, responsável por gerenciar informações financeiras, contábeis e gerenciais. Tem por objetivo a coordenação e a disseminação dos modelos adotados, atuando como um órgão

centralizador e orientador dos esforços dos demais gestores no intuito de melhora no resultado global da organização (MOSIMANN et. al. 1993).

No entanto, para que essas informações sejam utilizadas de forma eficiente na formulação de estratégias e na tomada de decisões, é essencial que a CC esteja interligada com outras áreas da organização. A colaboração entre a CC e as demais áreas funcionais, como marketing, produção, vendas e recursos humanos, permite uma visão holística das operações da empresa. Ao compartilhar informações financeiras e orçamentárias com diferentes departamentos, a CC contribui para que as decisões sejam baseadas em dados reais e alinhadas aos objetivos financeiros da organização.

A integração de sistemas de informação é crucial para garantir que os dados financeiros sejam facilmente acessíveis por todas as áreas. Isso evita duplicações de esforços, reduz erros e permite uma análise mais precisa. Sobre essa integração, podemos afirmar que:

“(...)podemos dizer que hoje é a CC a grande responsável pela coordenação de esforços com vista à otimização da gestão de negócios das empresas e pela criação, implantação, operação e manutenção de sistemas de informação que deem suporte ao processo de planejamento e controle” (PELEIAS, 1991, p. 66).

A colaboração entre as várias áreas, ajuda a garantir que todos os setores estejam alinhados aos objetivos financeiros e organizacionais. Isso minimiza conflitos de interesse e promove a sinergia entre diferentes partes da empresa, resultando em maior eficiência operacional. A CC desempenha um papel crucial no controle e monitoramento das operações. Ao trabalhar em conjunto com outras áreas, a CC pode identificar áreas de preocupação, desvios orçamentários e oportunidades de melhoria. Isso permite uma resposta mais rápida a problemas emergentes e a implementação de ajustes necessários.

Estabelecer canais de comunicação abertos e transparentes é fundamental. Reuniões regulares, relatórios claros e a troca de informações relevantes garantem que todos os departamentos estejam atualizados sobre os desenvolvimentos financeiros e operacionais.

A colaboração promove uma visão integrada das operações, facilita a tomada de decisões informadas e maximiza o uso dos recursos disponíveis. Ao adotar estratégias que fomentem a comunicação e o entendimento mútuo, as organizações podem colher os benefícios de uma colaboração interfuncional sólida e bem-sucedida.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO NO SETOR DE SAÚDE:

A regulação pode ser entendida como um conjunto de normas coercitivas emanadas pelo Estado, por órgãos ou entidades privadas com autoridade para tal, que se relacionam a determinada atividade econômica ou área do conhecimento (POHLMANN; ALVES, 2004). Os

instrumentos regulatórios podem se revelar intervencionistas, como a limitação de acesso a mercados, por exemplo, como ocorre com as concessões de serviços públicos, ou podem atuar por indução sobre o comportamento dos agentes econômicos (PROSSER, 1999). Em última análise, o resultado econômico da regulação corresponde a redistribuição de riqueza.

O setor de saúde é altamente regulado devido à necessidade de garantir a segurança do paciente, a qualidade dos serviços e a integridade das operações. A CC, como função essencial de gestão financeira e estratégica, desempenha um papel fundamental na interpretação, implementação e monitoramento das regulamentações no contexto das organizações de saúde.

No Brasil, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é o órgão responsável pela regulação e fiscalização das OPS, tendo como missão, a defesa do interesse público, contribuindo com as ações de saúde no país (ANS, 2020).

O ambiente regulatório no setor de saúde é caracterizado pela multiplicidade de regulamentações, incluindo questões de segurança do paciente, privacidade de dados, reembolso de seguros de saúde e conformidade contábil. A CC é responsável por garantir a conformidade com os padrões contábeis e regulamentações específicas do setor de saúde. Isso inclui a aplicação de normas contábeis, que são cruciais para apresentar informações financeiras precisas e transparentes.

De acordo com Cardoso (2005), a regulação do mercado de saúde suplementar brasileiro foi importante, pois o governo pôde: padronizar as normas de comercialização dos diversos serviços oferecidos pelas OPS; padronizar os serviços e produtos e; padronizar as informações contábeis, com o estabelecimento de regras de provisões técnicas e de exigências de capital mínimo.

O ambiente regulatório no setor de saúde envolve riscos associados a não conformidade, penalidades e perda de reputação. A CC desempenha um papel na identificação, avaliação e gestão desses riscos financeiros e operacionais, garantindo que a organização esteja preparada para enfrentar desafios regulatórios.

As regulamentações do setor de saúde frequentemente exigem que as organizações forneçam relatórios detalhados sobre suas atividades financeiras e operacionais. A CC é responsável por produzir relatórios precisos e relevantes, que não apenas cumpram os requisitos regulatórios, mas também ofereçam insights valiosos para a gestão e as partes interessadas e apresentá-los à ANS.

A complexidade do ambiente regulatório no setor de saúde pode sobrecarregar a CC com requisitos em constante mudança. No entanto, também oferece oportunidades para a CC

demonstrar seu valor estratégico, atuando como uma parceria de negócios que auxilia a organização na navegação dos desafios regulatórios e na busca por eficiência e conformidade.

3.1 Necessidade de conformidade contábil e regulatória para a transparência das operações:

A conformidade contábil assegura que as demonstrações financeiras reflitam com precisão a posição financeira e os resultados da organização. Isso fortalece a credibilidade da empresa perante os usuários das informações. A conformidade contábil proporciona informações financeiras consistentes e precisas, permitindo que a administração tome decisões baseadas em dados reais. A gestão estratégica e a alocação eficiente de recursos dependem da disponibilidade de informações confiáveis.

Para Mosimann (1993, p. 85):

O órgão administrativo Controladoria Contábil tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborar com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia de suas áreas quanto aos aspectos econômicos e assegurar a eficácia empresarial, também sob aspectos econômicos, através da coordenação dos esforços dos gestores das áreas.

A conformidade regulatória cria uma trilha auditável das atividades da organização. Isso é essencial para a prestação de contas, pois permite que as partes interessadas verifiquem a conformidade com leis, regulamentos e padrões contábeis.

A conformidade regulatória assegura que a organização esteja em conformidade com leis e regulamentos aplicáveis ao seu setor. Isso inclui normas de segurança, proteção do consumidor, privacidade de dados e outras áreas críticas para a reputação e legalidade dos negócios. De acordo com Cardoso et al. (2010), por nortear a forma de elaboração e divulgação dos relatórios, a regulação da contabilidade assume papel determinante no atendimento às necessidades dos usuários das informações contábeis.

A não conformidade regulatória pode resultar em multas substanciais e outras penalidades legais. Manter-se em conformidade ajuda a evitar riscos legais e financeiros que podem impactar adversamente a organização. A conformidade regulatória demonstra o compromisso da organização em operar de maneira ética e responsável. Isso contribui para uma imagem positiva e uma boa reputação entre os clientes e a sociedade em geral.

A transparência nas operações ajuda a identificar riscos com antecedência, permitindo que a organização tome medidas para mitigá-los. A gestão pró-ativa de riscos é fundamental para a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo. Com informações claras e confiáveis à disposição, a liderança pode tomar decisões estratégicas com base em dados reais, aumentando

as chances de sucesso e minimizando os riscos associados a decisões inadequadas. De acordo com Perez (1997, p. 37), “o processo decisório é influenciado pela atuação da Controladoria Contábil através das informações de planejamento e controle.”

A conformidade contábil e regulatória é uma pedra angular da transparência das operações de uma organização. Garante que as informações financeiras e operacionais sejam precisas, confiáveis e acessíveis, promovendo a confiança das partes interessadas e a integridade da gestão. A transparência resultante não apenas contribui para a reputação da organização, mas também facilita a tomada de decisões informadas, a gestão de riscos eficaz e o alcance dos objetivos estratégicos.

3.2 Abordagem da CC para assegurar a precisão e a integridade dos registros:

Attie (2000, p.119) enfatiza a confiabilidade e precisão quando explica que:

Uma empresa necessita constituir, para si, sistemas que lhe garantam conhecer os atos e eventos ocorridos em cada um dos seus segmentos. Os efeitos ocorridos através da realização de cada ato devem ser escriturados e levados, em tempo hábil, ao conhecimento dos administradores.

A precisão e a integridade dos registros financeiros são pilares fundamentais para a tomada de decisões informadas e a confiabilidade das informações contábeis. A CC, como a função responsável pela gestão financeira, desempenha um papel crucial na asseguuração de que os registros contábeis sejam consistentes, confiáveis e estejam em conformidade com os regulamentos.

O Instituto de Auditores Internos do Brasil, Audibra (1992, p.48) registra:

(...) controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam atingidos. A Alta Administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

Controles internos robustos são fundamentais para minimizar erros e fraudes nos registros financeiros nas OPS. A CC é responsável por estabelecer e monitorar esses controles, garantindo que os processos sejam executados de acordo com os padrões estabelecidos. Isso inclui a segregação de funções, a definição de autorizações adequadas e a revisão regular dos procedimentos.

Segundo Gómez Chiñas (2002), quando as práticas contábeis se convertem em rotinas institucionalizadas, seu papel nos processos organizacionais e na tomada de decisões é reconhecido pelos membros da organização. A automação dos processos contábeis por meio de sistemas de informação desempenha um papel significativo na manutenção da precisão e

integridade dos registros. A CC é responsável por implementar, atualizar e monitorar esses sistemas, assegurando que eles capturem e processem as transações de maneira precisa e consistente.

A abordagem da CC desempenha um papel crítico na garantia da precisão e integridade dos registros financeiros nas OPS. Por meio da implementação de controles internos, utilização de sistemas de informação, conciliação de contas, revisão de procedimentos e investimento em capacitação, a CC fortalece a confiabilidade das informações financeiras. A precisão e a integridade dos registros não são apenas uma obrigação legal, mas também são essenciais para a tomada de decisões acertadas e para a confiança de todos os envolvidos interessados nas informações contábeis da OPS.

3.2.1 Conciliação de contas:

A conciliação de contas é uma prática essencial para verificar a precisão dos registros financeiros. Segundo Goulart (2018, p.10), em contabilidade, conciliação corresponde à correlação dos saldos das contas patrimoniais com os saldos verificados em controles extra contábeis produzidos internamente ou em documentos externos, oficiais ou não oficiais.

A CC é responsável por supervisionar a conciliação de contas bancárias, contas a receber, contas a pagar e outros elementos financeiros. Essa atividade ajuda a identificar discrepâncias e resolver problemas antes que afetem a integridade dos registros. A revisão periódica dos procedimentos contábeis é crucial para identificar lacunas e oportunidades de melhoria. Gomes (1997, p.26) considera que “em forma de sistema, esse controle monitora as operações que viabilizam o funcionamento da empresa, permitindo alocar recursos (humanos, físicos e financeiros) nas diversas divisões do ambiente de trabalho”.

A CC desempenha um papel ativo na revisão dos processos contábeis, garantindo que sejam eficientes, eficazes e alinhados com os objetivos organizacionais. Isso contribui para a prevenção de erros e a garantia da precisão. Com a ajuda da conciliação de contas, que representa um componente essencial para a gestão financeira eficiente de organizações, sejam estas de pequeno, médio ou grande porte. Este processo consiste na comparação metódica de registros contábeis internos com os extratos bancários correspondentes, visando assegurar a precisão e a integridade das informações contábeis e financeiras.

Através da conciliação de contas, é possível identificar discrepâncias, erros de lançamento e potenciais fraudes, promovendo a confiabilidade dos relatórios contábeis e a transparência nas operações financeiras da entidade. Ademais, a conciliação de contas

desempenha um papel crucial na tomada de decisões estratégicas. Ao fornecer uma visão precisa do estado contábil e financeiro da organização, permite que gestores e tomadores de decisão possam avaliar com precisão a liquidez, solvência e eficiência operacional.

Além disso, ao identificar possíveis desvios ou inconsistências, a conciliação oferece oportunidade para a correção imediata, evitando potenciais impactos adversos no desempenho financeiro da empresa. Neste contexto, a conciliação de contas se mostra uma ferramenta de suma importância para a CC.

3.2.2 Capacitação e Treinamento:

A capacitação e o treinamento dos profissionais contábeis são componentes-chave para a abordagem da CC. Desta forma, “investir no desenvolvimento das pessoas que realizam o trabalho nas organizações significa investir na qualidade dos produtos e serviços, e consequentemente atender melhor os clientes e ampliar as vendas” (TACHIZAWA; FERREIRA; FORTUNA; 2006, p. 220).

Garantir que a equipe compreenda os procedimentos contábeis, regulamentos e padrões é essencial para manter a precisão e a integridade dos registros. A CC é responsável por fornecer treinamento contínuo e desenvolvimento profissional. Além da compreensão dos procedimentos contábeis e regulamentações, o treinamento também desempenha um papel fundamental na introdução e na atualização do uso de tecnologias contábeis avançadas.

A rápida evolução dos sistemas contábeis e das ferramentas de automação exige que os profissionais estejam constantemente atualizados sobre as últimas inovações. Através de programas de capacitação, a equipe contábil pode adquirir competências em softwares especializados, como sistemas de gestão integrada (ERP) e plataformas de análise de dados, possibilitando uma execução mais eficiente e precisa das tarefas contábeis.

Essa integração entre habilidades técnicas e tecnológicas fortalece a capacidade da equipe em fornecer informações financeiras estratégicas e em tempo real, contribuindo significativamente para o processo decisório da organização. Além disso, a capacitação e o treinamento constante no setor contábil também promovem um ambiente de trabalho mais motivador e produtivo.

Segundo Werther Jr e Davis (1983), através do treinamento dentro das organizações, obtêm-se inúmeros benefícios que incluem: maior rentabilidade, melhoria no conhecimento e execução dos cargos em todos os níveis de uma hierarquia, melhoria da autoestima dos colaboradores, ajuda os trabalhadores a se identificarem com as metas da organização, cria uma

melhor imagem da empresa, proporciona melhoria no relacionamento entre chefe e subordinados, ajuda na tomada consciente de decisões e soluções de problemas efetivos, ajuda no desenvolvimento para a promoção do trabalho interno, aumenta a produtividade qualidade do trabalho, ajuda os empregados a se adaptarem melhor às mudanças, auxilia no tratamento de conflitos e na melhoria da comunicação, além de promover a redução dos custos de consultoria externa por utilizar consultoria interna competitiva.

Profissionais que percebem investimentos em seu desenvolvimento tendem a se sentir mais valorizados e engajados em suas funções, o que resulta em um desempenho mais consistente e de alta qualidade. Além disso, a oportunidade de aprimorar habilidades e adquirir novos conhecimentos proporciona um senso de progressão na carreira, estimulando a retenção de talentos e o crescimento interno da equipe. Dessa forma, ao investir na capacitação e no treinamento dos profissionais contábeis, a organização não apenas aprimora seus processos e resultados financeiros, mas também fomenta um ambiente de trabalho enriquecedor e propício ao desenvolvimento profissional contínuo.

4. IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS PARA A TRANSPARÊNCIA E A PRESTAÇÃO DE CONTAS:

As OPS desempenham um papel crucial no acesso à assistência médica e na promoção do bem-estar da população. Dada a natureza sensível das atividades desse setor, a transparência e a prestação de contas são de extrema importância para garantir a confiança dos beneficiários e a conformidade regulatória. As demonstrações financeiras emergem como uma ferramenta essencial para atingir esses objetivos.

Iudícibus (1998, p.20) define as análises de demonstrações contábeis como uma "arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso.

As OPS enfrentam desafios específicos devido à complexidade financeira inerente à gestão de riscos de saúde, resseguros e reservas técnicas. As demonstrações financeiras, incluindo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, o fluxo de caixa e as notas explicativas, desempenham um papel crucial na tradução desses elementos complexos em informações compreensíveis. Silva (2001, p.71) acrescenta que as Demonstrações Contábeis se constituem como um meio de comunicação, um canal pelo qual a empresa apresenta informações e dados aos diferentes usuários internos e externos.

As demonstrações financeiras permitem que os beneficiários compreendam a estabilidade financeira da OPS. Ao fornecer informações sobre receitas, despesas e ativos, esses relatórios capacitam os beneficiários a tomar decisões informadas sobre sua cobertura e a confiabilidade do plano. Órgãos reguladores têm interesse direto nas operações financeiras, garantindo assim a solidez do setor e a proteção dos beneficiários. Demonstrações financeiras detalhadas permitem que os reguladores avaliem a conformidade com os requisitos financeiros e regulatórios. Internamente, as demonstrações financeiras auxiliam na tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Conforme Gomes et. al. (2018, p.3), “as informações contábeis devem ser desenvolvidas juntamente com a área administrativa da empresa levando em consideração os fatores que envolvem planejamento, execução e análise do desempenho.”

Os gestores podem identificar áreas de melhoria, alocar recursos de forma eficiente e avaliar a viabilidade de expansão. As OPS enfrentam desafios como a complexidade dos padrões contábeis específicos do setor e a necessidade de divulgar informações claras e compreensíveis para os beneficiários. Tendências futuras podem incluir maior ênfase na divulgação de métricas relacionadas à qualidade dos serviços de saúde.

A transparência e a prestação de contas são pedras angulares da governança eficaz em OPS. As demonstrações financeiras desempenham um papel vital ao comunicar informações complexas de maneira acessível, promovendo a confiança dos beneficiários e de outros envolvidos. A contínua melhoria na qualidade e divulgação dessas demonstrações é crucial para fortalecer a integridade e a responsabilidade nas operações das OPS.

4.1 Função da CC na preparação de balanços, demonstrativos de resultados e fluxo de caixa:

A CC fornece informações cruciais para a tomada de decisões. Os gestores utilizam os dados contábeis para avaliar o desempenho financeiro, identificar tendências, alocar recursos e planejar estrategicamente as atividades futuras da Operadora de Planos de Saúde (OPS).

As OPS operam em um ambiente complexo, onde a gestão financeira eficaz é essencial para a prestação de serviços de saúde de qualidade. Nesse contexto, a CC desempenha um papel estratégico ao fornecer informações financeiras confiáveis e relevantes para apoiar a tomada de decisões e a gestão responsável.

Conforme Norma NBC TG 26 – R5 do Conselho Federal de Contabilidade (2011, p. 6):

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que sejam útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados.

A CC é responsável por garantir a precisão e a integridade dos balanços patrimoniais e dos demonstrativos de resultados. Esses relatórios fornecem insights sobre a saúde financeira da OPS, incluindo sua posição de ativos, passivos, receitas e despesas. A CC assegura a aplicação correta dos princípios contábeis e normas regulatórias específicas do setor.

A gestão eficaz do fluxo de caixa é crucial para a sustentabilidade das OPS. A Demonstração do Fluxo de Caixa segundo Matarazzo (2010, p.33): “[...] mostra as fontes e aplicações verificadas durante o exercício e que resultam afinal na variação do saldo de caixa.” Para Marion (2019), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é um dos principais relatórios contábeis para fins gerenciais. Segundo Martins *et. al.*, (2020), a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta importantes informações sobre a saúde financeira da empresa aos usuários externos e internos. A partir dela podem ser extraídos diversos indicadores.

A CC desempenha um papel fundamental na preparação de demonstrativos de fluxo de caixa, que rastreiam as entradas e saídas de recursos financeiros. Isso permite uma visão clara da liquidez da organização e ajuda na tomada de decisões de curto prazo. A elaboração precisa e transparente das Demonstrações Contábeis contribui para a transparência junto aos beneficiários, órgãos reguladores e outros interessados. A CC assegura que as informações sejam divulgadas conforme as regulamentações do setor e os padrões contábeis aplicáveis.

4.2 Reflexos contábeis das operações específicas de uma OPS:

Após a implementação das regulamentações, as operadoras precisaram adaptar-se aos requisitos estabelecidos pela ANS, a fim de garantir sua viabilidade no mercado altamente competitivo. Na percepção de Baldassare (2014), o efeito regulamentário desencadeou mudanças criando a necessidade de melhor desempenho das operadoras de saúde.

As OPS operam em um ambiente único, enfrentando desafios financeiros e regulatórios específicos. A contabilização adequada de suas operações é crucial para a transparência, a prestação de contas e a gestão eficaz dessas organizações. Baldassare (2014) afirma ainda que a regulamentação instituiu aumento na quantidade de procedimentos

realizados pelas operadoras consequentemente aumentando os custos e impôs restrições na variação dos preços dos planos comercializados.

A entrada de novos beneficiários é um aspecto crítico para as OPS. As operações de vendas de planos e a captação de receitas exigem a aplicação de princípios contábeis específicos para reconhecer receitas de forma adequada, considerando a periodicidade e as obrigações contratuais. De acordo com Pinheiro (2015), as provisões técnicas caracterizam o risco esperado a partir de critérios do setor e englobam: Eventos a liquidar, Eventos ocorridos e não avisados, obrigações referentes a isenções de pagamento das contraprestações, além de outras provisões que auxiliam a manter o equilíbrio econômico-financeiro.

OPS precisam criar provisões técnicas para cobrir os custos futuros dos tratamentos médicos de seus beneficiários. A contabilização adequada dessas provisões, considerando fatores como o envelhecimento da carteira de beneficiários e as tendências médicas, é fundamental para garantir a solidez financeira da operadora. A RN nº 67/2004 definiu os ativos garantidores que seriam aceitos como garantia de constituição das provisões técnicas, esses ativos poderiam ser: bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários ou uma garantia financeira real das provisões técnicas constituídas (ANS, 2018).

O setor de planos de saúde é altamente regulamentado, com exigências específicas quanto à contabilização de reservas, divulgação de informações financeiras e conformidade regulatória. A adaptação às normas contábeis e às regulamentações governamentais é essencial para a precisão e a transparência das demonstrações financeiras. A avaliação de ativos e passivos em OPS pode ser complexa devido às flutuações nas demandas médicas e aos investimentos financeiros. A contabilização apropriada de ativos intangíveis, como a carteira de beneficiários, e a mensuração de obrigações contratuais exigem abordagens adaptadas à realidade do setor.

O Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Saúde (DIOPS) contém informações cadastrais, econômico-financeiras e complementares que auxiliam a Diretoria de Normas e Habilitações das Operadoras a ter controle e monitoramento sobre os aspectos patrimoniais e as variações do patrimônio das OPS, para Magalhães (2015, p. 65) “o DIOPS é o meio efetivo pelo qual a Agência Nacional de Saúde Suplementar, fiscaliza as informações das operadoras em especial no aspecto econômico-financeiro”.

As OPS devem elaborar relatórios financeiros que atendam a uma variedade de públicos, incluindo beneficiários, reguladores, investidores e gestores internos. A

contabilização precisa e a divulgação transparente das informações são essenciais para comunicar a saúde financeira e a eficácia operacional da organização.

5. UTILIZAÇÃO DE INDICADORES CONTÁBEIS E FINANCEIROS PARA A ANÁLISE DA SAÚDE FINANCEIRA DA OPERADORA:

A análise de indicadores financeiros e de desempenho é uma ferramenta fundamental para gestores, reguladores e outras partes interessadas avaliarem a saúde financeira e operacional de uma OPS. Ao interpretar esses indicadores de maneira adequada, é possível obter insights valiosos para a formulação de estratégias, tomadas de decisões informadas e melhorias contínuas nos processos de negócios.

De acordo com Pinheiro (2015), os indicadores apresentados pela contabilidade, servem como parâmetro de desempenho organizacional e facilita a elaboração de índices padrões para avaliar endividamento, liquidez, rentabilidade, entre outros fatores. Os índices padrão relacionam empresas do mesmo setor objetivando medir o equilíbrio econômico-financeiro e possibilitando a comparabilidade entre períodos e empresas (ASSAF NETO, 2009).

A análise da saúde financeira das OPS é crucial devido à responsabilidade de fornecer cuidados médicos de qualidade enquanto mantém a viabilidade econômica. Indicadores financeiros oferecem uma maneira sistemática de avaliar o desempenho econômico e a estabilidade financeira dessas organizações.

Santos (2002) enfatiza que a análise de balanços ajuda a identificar os riscos relacionados com clientes, fornecedores, bancos e seguradoras. Alguns dos indicadores mais comumente usados são: **Índice de Solvência** (avalia a capacidade da operadora de cumprir suas obrigações de longo prazo em relação aos ativos disponíveis); **Índice de Liquidez** (analisa a capacidade da operadora de arcar com suas obrigações de curto prazo sem comprometer suas operações); **Margem de Lucro Operacional** (mede a eficiência da operadora na geração de lucro a partir das operações principais); **Taxa de Crescimento das Receitas** (avalia a capacidade da operadora de expandir suas operações e gerar mais receita ao longo do tempo); e **Custo Médio por Paciente** (indica a eficiência na gestão dos custos médicos em relação ao número de pacientes atendidos).

Há alguns desafios específicos da análise em OPS, tais como: a volatilidade dos custos médicos, a necessidade de manter reservas adequadas para reivindicações futuras e a influência de regulamentações governamentais no setor. O desempenho econômico-financeiro é o

elemento primário e fundamental para a existência saudável de uma empresa, e aquelas que operaram no mercado de planos de saúde devem ser monitoradas com certa prioridade (SALVATORI; VENTURA, 2012).

A interpretação dos resultados dos indicadores financeiros requer uma compreensão profunda das nuances do setor de saúde. A análise deve considerar fatores como a sazonalidade dos custos médicos, o perfil demográfico dos pacientes e as tendências de mercado. A análise da saúde financeira das OPS por meio de indicadores financeiros é fundamental para garantir a qualidade contínua dos cuidados de saúde e a sustentabilidade econômica. A compreensão dos indicadores financeiros específicos do setor e a consideração das particularidades do mercado de saúde são essenciais para tomar decisões informadas e estratégicas para o benefício de pacientes, provedores e investidores.

5.1 Papel da CC na interpretação dos indicadores e na identificação de tendências:

A CC desempenha um papel crucial na interpretação de indicadores e tendências no setor de OPS, fornecendo informações críticas para a tomada de decisões estratégicas e o direcionamento dos recursos financeiros. Para Catelli (1999, p. 345) a CC, como unidade administrativa, é o “[...] órgão aglutinador e direcionador de esforços dos demais gestores que conduzam à otimização do resultado global da organização”.

Podemos destacar a natureza estratégica da CC, salientando como ela transcende a simples geração de relatórios financeiros para fornecer insights que influenciam o desempenho da organização. A CC desempenha um papel central na interpretação de indicadores, identificação de tendências e comunicação eficaz dessas informações para os tomadores de decisão. A CC possui a expertise necessária para analisar os indicadores financeiros específicos das OPS, compreendendo as nuances do setor e interpretando os resultados em contexto. Isso inclui a avaliação dos indicadores de liquidez, solvência, rentabilidade e eficiência operacional, considerando as particularidades do mercado de saúde.

Mosimann e Fisch (1999, p. 88) afirmam que a CC:

[...] tem por finalidade garantir informações adequadas ao processo decisório, colaborar com os gestores em seus esforços de obtenção da eficácia de suas áreas quanto a aspectos econômicos e assegurar a eficácia empresarial, também sob os aspectos econômicos, por meio da coordenação dos esforços dos gestores das áreas.

A análise de tendências é fundamental para antecipar mudanças no setor de OPS. A CC é capaz de identificar padrões históricos e emergentes, permitindo que a organização tome medidas proativas para se adaptar às transformações do mercado e regulamentações. Além de

interpretar os dados, também comunica essas informações de maneira clara e acessível para os tomadores de decisão.

Em suma, a CC desempenha um papel indispensável na interpretação de indicadores financeiros e na identificação de tendências no setor de OPS. Ao transformar dados contábeis em insights estratégicos, ela capacita as operadoras a tomar decisões informadas e sustentáveis em um cenário desafiador, contribuindo para a qualidade dos serviços de saúde e o sucesso econômico a longo prazo.

6 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA E DOS CONTROLES INTERNOS NAS OPS:

As OPS enfrentam desafios únicos, exigindo uma abordagem rigorosa para garantir tanto a saúde financeira quanto a qualidade dos serviços prestados. A auditoria interna e os controles internos desempenham um papel crucial na consecução desses objetivos. “A Auditoria Interna é o controle dos controles, instituído numa empresa ou organização visando agregar na economia, eficácia e eficiência das operações desenvolvidas internamente” (PINHEIRO, 2010, p.56).

A auditoria interna nas OPS desempenha um papel vital na garantia da transparência das operações, verificando a conformidade com regulamentações, revisando a eficácia dos controles internos e identificando áreas de melhoria. Isso ajuda a prevenir fraudes, assegurar a integridade dos dados e fortalecer a confiança dos pacientes e de todos os interessados. A natureza sensível dos dados de saúde e o alto custo dos cuidados médicos aumentam o risco de fraudes e uso inadequado de recursos. A auditoria interna e os controles internos atuam como uma linha de defesa essencial contra essas ameaças, identificando padrões suspeitos e garantindo a conformidade com diretrizes éticas e regulamentares.

A importância que a auditoria interna tem nas suas atividades de trabalho serve para a administração, como meio de identificação de que todos os procedimentos internos e políticas definidas pela companhia, os sistemas contábilísticos e de controles internos estão sendo efetivamente seguidos, e todas as transações realizadas estão refletidas contabilmente em concordância com os critérios previamente definidos. (ATTIE, 2007, p. 52)

A auditoria interna e os controles internos não apenas identificam problemas, mas também fornecem recomendações para melhorias. Isso leva a uma melhoria contínua dos processos, serviços e conformidade, além de oferecer transparência e prestação de contas aos pacientes, provedores, reguladores e investidores. A auditoria interna e os controles internos são essenciais para o sucesso das OPS, garantindo a governança eficaz, a qualidade assistencial e a conformidade regulatória. Ao enfrentar as complexidades do setor de saúde, essas práticas

oferecem uma estrutura sólida para a prestação de cuidados de saúde confiáveis, sustentáveis e centrados no paciente.

6.1 Papel da CC na coordenação e supervisão dos processos de auditoria:

A CC desempenha um papel de liderança na coordenação e supervisão dos processos de auditoria em OPS, garantindo a confiabilidade dos relatórios financeiros e a conformidade com regulamentações rigorosas. Em geral, o sistema de controle interno deve permitir detectar todas as irregularidades. Um bom sistema de controle interno oferece maiores possibilidades de pronta identificação de fraudes em qualquer que seja a sua modalidade à identificação. Entretanto, o acordo entre dois ou mais integrantes da organização pode fazer deteriorar e cair por terra o melhor sistema de controle interno (ATTIE, 2011, p. 205).

Neste trabalho há complexidades únicas enfrentadas pelas OPS devido à necessidade de conformidade com regulamentações rigorosas, bem como a sensibilidade dos dados de saúde. Essas complexidades enfatizam a importância da CC na supervisão dos processos de auditoria. A CC desempenha um papel crucial na preparação para auditoria, assegurando que os registros contábeis estejam em conformidade com as normas e regulamentos, bem como fornecendo informações relevantes. Isso inclui a revisão de políticas, procedimentos e práticas contábeis.

Moura e Beuren (2000, p. 64) quando afirmam que:

[...] a Controladoria Contábil contribuirá para o processo de gestão empresarial exercendo suporte informacional ao planejamento, execução e controle, por meio de um sistema de informações eficaz e sinérgico entre os gestores, zelando pela maximização do resultado da empresa.

A CC é responsável por supervisionar a eficácia dos controles internos, garantindo que eles sejam robustos o suficiente para mitigar riscos, prevenir fraudes e manter a conformidade. Ela identifica áreas de melhoria e implementa ajustes quando necessário. De acordo com Schmidt (2002, p. 262), ela consiste em um “processo de análise das oportunidades e ameaças (ambiente externo) e dos pontos fortes e fracos (ambiente interno) da organização, com vistas a definir diretrizes estratégicas para assegurar o cumprimento da missão da empresa”.

Após a conclusão da auditoria, a CC analisa os resultados e recomendações dos auditores. Ela trabalha em estreita colaboração com as partes interessadas para implementar ações corretivas, melhorar processos e garantir que as observações da auditoria sejam abordadas de maneira eficaz. A CC é responsável por comunicar os resultados da auditoria de maneira clara e eficaz para as partes interessadas, incluindo a alta administração, reguladores, investidores e pacientes. Isso contribui para a transparência e confiança.

6.2 Identificação de áreas de risco e implementação de medidas corretivas:

“Risco é o grau de incerteza em relação à possibilidade de ocorrência de um determinado evento, o que, em caso afirmativo, redundará em prejuízos. Assim, risco é a possibilidade de perda decorrente de um determinado evento” (SANTOS, 2002, p.23). As OPS operam em um ambiente dinâmico e repleto de desafios. A identificação e a gestão eficaz de riscos são essenciais para garantir a qualidade dos serviços, a conformidade com regulamentações e a sustentabilidade financeira.

Um dos requisitos essenciais no gerenciamento de riscos em uma perspectiva estratégica consiste na definição de diretrizes de gerenciamento de riscos por parte de alta gerência, com a definição precisa dos riscos que a empresa necessita gerenciar. Essa definição depende do setor que a empresa atua, do seu tamanho e do grau de exposição às diferentes fontes de risco. (GALVÃO *et al.*, 2008, p.574).

Alguns dos riscos enfrentados pelas OPS, incluem: riscos financeiros (custos médicos, inadimplência), riscos operacionais (gestão de redes de provedores, qualidade dos serviços) e riscos regulatórios (conformidade com normas e regulamentos). A identificação de riscos começa com uma análise abrangente dos processos e operações da OPS. A colaboração entre equipes multidisciplinares, incluindo a CC, a auditoria interna e os especialistas em riscos, é crucial para identificar ameaças potenciais.

Para cada risco identificado é necessário avaliar o impacto que este pode causar na empresa, assim como cita Padoveze (2009), a gestão do risco pode ser feita como uma matriz com responsabilidade compartilhada onde cada unidade do negócio usa sua própria linguagem de fácil entendimento e suas próprias ferramentas. O autor ainda constata que a responsabilidade de relatórios e acompanhamento ao risco, sempre formalizando os processos e revisando-os para saber se estão sendo eficazes.

Uma vez identificados, os riscos devem ser avaliados quanto à probabilidade e ao impacto. A priorização dos riscos permite concentrar recursos e esforços nas áreas de maior impacto e probabilidade, garantindo uma abordagem focada e eficiente. A aplicação de ações corretivas compreende a elaboração e aplicação de táticas visando reduzir os riscos reconhecidos. Isso engloba a análise de procedimentos, a renovação de diretrizes, a destinação de recursos extra e o treinamento de grupos para enfrentar os riscos de maneira bem-sucedida. A administração de riscos constitui um procedimento em andamento e um processo contínuo.

Segundo Penha e Parisi (2005, p.10, 11):

A proposta de gestão de riscos integrada a Controladoria Contábil apresenta uma estrutura gerencial fortemente apoiada no sistema integrado de informações, sendo diretamente influenciado e determinado pela missão, crenças e valores da companhia e pelo modelo de gestão adotado pelos proprietários / acionistas. Existem diversas

técnicas para a identificação dos riscos, que podem ser utilizadas conforme situações específicas. Dentre elas, pode-se citar o brainstorming, análise de balanços e outras informações cadastrais de clientes e fornecedores, informações de agências classificadoras de risco, análise de correlação linear entre dois fenômenos, modelos matemáticos para gestão de riscos financeiros, informações sobre conjuntura econômica e setorial, movimentação dos concorrentes.

O monitoramento constante das medidas corretivas e a análise dos resultados garantem que os riscos sejam mantidos sob controle. A aprendizagem com incidentes passados e a busca contínua por melhorias contribuem para a adaptação às mudanças do ambiente. A comunicação efetiva entre as equipes e a disseminação das informações relevantes são cruciais para o sucesso do processo. A identificação proativa de áreas de risco e a implementação de medidas corretivas são essenciais para a gestão eficaz de OPS. Ao abordar os riscos financeiros, operacionais e regulatórios de maneira estratégica, as OPS podem proteger sua reputação, garantir a qualidade dos serviços e promover a sustentabilidade a longo prazo no setor de saúde.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em um cenário tão complexo e regulamentado como o das OPS, a função da CC emerge como um pilar crítico para assegurar a integridade financeira e a qualidade dos serviços oferecidos. Ao longo deste estudo, exploramos as diversas dimensões da CC nesse contexto, ressaltando sua função central na precisão e integridade dos registros, na preparação de demonstrações financeiras transparentes, na análise de indicadores financeiros e na gestão eficaz dos riscos.

As OPS, dada a natureza sensível e vital de seus serviços, enfrentam desafios únicos que demandam soluções robustas. A implementação de controles internos eficientes, supervisionados pela CC contábil, se mostra imperativa para mitigar riscos financeiros, operacionais e regulatórios. Através da aplicação de sistemas de informação e processos automatizados, a CC garante a consistência e confiabilidade dos registros financeiros, além de agilizar a tomada de decisões informadas.

A preparação de demonstrações financeiras, habilmente conduzida pela CC, proporciona aos beneficiários, órgãos reguladores e partes interessadas uma visão clara da saúde financeira e operacional das OPS. Essas demonstrações atuam como veículos de transparência, promovendo a confiança e permitindo uma avaliação objetiva das operações.

A análise de indicadores financeiros emerge como uma ferramenta indispensável para avaliar a saúde financeira das OPS e identificar tendências emergentes. Nesse contexto, a CC assume um papel crucial ao interpretar esses indicadores, alinhando-os com as particularidades

do setor de saúde e transformando dados em insights estratégicos. A compreensão profunda dos riscos inerentes às operações das OPS, bem como a identificação proativa de áreas de risco, capacita a CC a coordenar auditorias internas eficazes e implementar medidas corretivas apropriadas.

Portanto, é inegável que a CC desempenha uma função multifacetada e vital nas operações das OPS. Ao assegurar a precisão dos registros financeiros, preparar demonstrações transparentes, interpretar indicadores e gerir riscos, ela contribui para a sustentabilidade financeira, qualidade dos serviços e confiança das partes interessadas. Em última análise, a CC emerge como uma guardiã da integridade nas OPS, permitindo que elas enfrentem os desafios do setor de saúde com resiliência e excelência.

REFERÊNCIAS:

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. (2023). **Quem somos?** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.gov.br/ans/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-somos-1>. Acesso em: 05 set. 2023.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS). **Resolução Normativa – RN nº 67/2004**, de 04 de fevereiro de 2004. Rio de Janeiro: ANS, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/ans/2004/res0067_04_02_2004.html. Acesso em: 31 de Ago. 2023.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- ATTIE, William, (2007), **Auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- ATTIE, William. **Auditoria conceitos e aplicações**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2011
- AUDIBRA - Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2ª ed. São Paulo: Audibra, 1992.
- BALDASSARE, R. M.. **Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde no mercado de saúde suplementar brasileiro**. 2014. P. 97. Escola de administração de empresas de São Paulo – Fundação Getulio Vargas. São Paulo.
- BEUREN, Ilse Maria. MOURA, Verônica de Miglio. O papel da controladoria como suporte ao processo de gestão empresarial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, p. 60 nov/dez. 2000.

BORINELLI, M. L. **Estrutura Básica Conceitual de Controladoria: Sistematização á Luz da Teoria e da Prática**. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19032007-](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19032007-151637/publico/Tesemarcioborinelli.pdf)

151637/publico/Tesemarcioborinelli.pdf. Acesso em: 04 set. 2023.

CARDOSO, R. L. (2005). **Regulação econômica e escolha de práticas contábeis: evidências no mercado de saúde suplementar brasileiro**. 154 f. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

CARDOSO, R. L., Saravia, E., TENÓRIO, F. G., SILVA, M. A. (2010). **Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS**. Revista de Administração Pública, 43(4), 773-799.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Norma Brasileira de Contabilidade – **NBC TG 26 (R5)**- Dispõe sobre a finalidade das demonstrações contábeis. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R5\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R5).pdf). Acesso em 08 set. 2023.

GALVÃO, Alexandre. BRESSAN, Aureliano Angel. CAMPOS, Breno de. BOECHAT, Cláudio. ARAÚJO, Daniel Loureiro. RIBEIRO, Érico. BRASIL, Haroldo Guimarães. MOTA, Haroldo Vale. ROSSETTI, José Paschoal. LAURIA, Luciano Carlos. BARROS, Luisa Valentim. GOTIJO, Paulo. PIRES, Sergio Eustáquio. OLIVEIRA, Virgínia Izabel de. **Finanças Corporativas: Teoria e Prática Empresarial no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier. 2008. 574 p.

GOMES, Elivelton Augusto Oliveira. COELHO, Liliane Viana. NETO, RubensVieira. GOMES Anderson. FURTADO Agnaldo Brabo. LIMA, Igor Gabriel Lima. **A importância da análise das Demonstrações Contábeis numa perspectiva organizacional**. Centro Universitário do Vale do Ribeira - UNISEPE. Registro/SP, 2018. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/9importancia_analise_demonstr.pdf. Acesso em 08 set. 2023

GOMES, Josir Simeone. **Controle gerencial na era da globalização**. Contabilidade Vista & Revista, 8(2), out.1997.

GÓMEZ CHIÑAS, C. (2002). **La economía institucionalista y la contabilidad de gestión**. Revista Análisis Económico, 17(35), 79-92.

- GOULART, Luana da Silva. **Um enfoque prático em conciliação bancária**. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Faculdade Capivari, Capivari-SP, 2018. Disponível em: https://www.fucap.edu.br/dashboard/biblioteca_repositorio/f3c0ec0fe8b79ae b402f2302643b1413.pdf. Acesso em 07 set. 2023.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de Balanços**. 7 Edição. SP: Editora Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LUNKES, R. J.; SCHNNORRENBARGER, D.; GASPARETTO, V. **Um Estudo sobre as Funções da Controladoria**. Revista de Contabilidade e Organizações, Ribeirão Preto, v. 4, n. 10, p. 106-126, 2010. DOI: <https://doi.org/10.11606/rco.v4i10.34779>.
- MAGALHÃES, R. S.; SANTOS, L. B. A. dos; NEGREIROS, M. C. V.; SOARES, L. A. de C. F.; ALVES, A. T. A utilidade da informação contábil no processo de fiscalização e controle das Operadoras de Plano de Saúde pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). **Revista Ambiente Contábil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 53–75, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4990>. Acesso em: 9 set. 2023.
- MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis**, 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.
- MARTINS, E. *et. al.* **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Crítica**, 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Altas, 2010.
- MOSIMANN, Clara P., ALVES, Osmar de C., FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. Florianópolis: Editora da UFSC, Fundação ESAG, 1993.
- MOSIMANN, Clara P.; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. **Controladoria Estratégica e Operacional**. 2.ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 35, 135 a 139 p.
- PELEIAS, Ivan Ricardo, NANNI, Luiz Carlos Calcerelli, MOURA, Carlos Alberto. **O processo de planejamento controlado**. RBC, n. 77, p. 65, out/dez, 1991.
- PENHA, José Carlos. Parisi, Cláudio. **Um Caminho para Integrar a Gestão de Riscos à Controladoria**. IX Congresso Internacional de Custos – Florianópolis, SC, Brasil, 2005. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2108>. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREZ Jr, José H., PESTANA, Armando Oliveira, FRANCO, Sérgio Paulo Cintra. **Controladoria de gestão: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PINHEIRO, Isabel Cristina Barbosa et al. Efeitos da regulação econômico-financeira nas estratégias de financiamento das Operadoras de Planos de Saúde. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 108-127, ago. 2015. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4396>>. Acesso em: 10 set. 2023.

PINHEIRO, Leite Joaquim, **Auditoria Interna - Auditoria operacional – Manual prático para Auditoria Interna**, Lisboa: 2ª Edição, Letras e conceitos Lda, 2010,

POHLMANN, M. C., Alves, F. J. S. (2004). Regulamentação. In: Iudícibus, S., Lopes, A. B. (Orgs.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, p. 233-273.

PROSSER, T. (1999). **Theorising utility regulation**. **Modern Law Review**, 62(2), p. 196-217.

SALVATORI, R.T.; VENTURA, C.A.A. **A agência nacional de saúde suplementar - ANS: onze anos de regulação dos planos de saúde**. Organizações & Sociedade (Impresso), v. 19, p. 471-487, 2012.

SANTOS, Sérgio Monteiros dos. **Gestão de Riscos Empresariais: um Guia prático e estratégico para gerenciar os riscos de sua empresa**. 1 ed. São Paulo: Novo século, 2002. 23, 25 a 85 p.

SCHIMIDT, Paulo. **Controladoria: Agregando Valor Para a Empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

SILVA, Cristiane Dias. **O papel da área de controladoria nas empresas que adotam boas práticas de governança corporativa**. 2008, 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

SILVA, J. P. da. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TACHIZAWA, T.; FERREIRA, V. C. P. & FORTUNA, A. A. M. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VERRECCHIA, R. E. (2001). **Essays on disclosure**. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1- 3), p. 97-180.

VILLAS BOAS, Fernando J. **A Controladoria: um modelo conceitual integrado**. *Revista de Contabilidade do CRC-SP*. São Paulo, ano IV, n.12, p. 60-73, Jun. 2000.

WEBER, Jorgen. **The development of controller tasks: explaining the nature of controllership and its changes**. Springer-Verlag. v. 1, n. 22, p. 25-42, 2011

WEIBENBERGER, Barbara E. **Introduction to the controlling function**. Giessen. Disponível em: <http://wiwi.unigiessen.de/dl/det/bwl4/29709/management-control-systemscontrolling-v---ws-1112---introduction-to-the-controlling-function/>. Acesso em: 31 ago. 2023.

WERTHER JUNIOR, W.; DAVIS, K. **Administração de pessoal e recursos humanos**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.